

A Luta das Mulheres no contexto da ditadura civil-militar

Maria Cláudia Badan Ribeiro¹, USP
Mariaclaudia_badanribeiro@yahoo.com.br

A pesquisa visa recuperar as redes de solidariedade formadas por mulheres que mantiveram ou não vínculos orgânicos com a ALN (Ação Libertadora Nacional) e que prestaram os mais diversos tipos de colaboração a essa organização, participando não apenas dos levantamentos para ações armadas ou diretamente de sua execução, mas desempenhando também um papel primordial na retaguarda do movimento armado.

Ao esconder pessoas, remédios, armas, documentação suspeita, ceder suas casas para reuniões clandestinas, providenciar documentação falsa, agir como informantes ou agentes de ligação muitas mulheres assumiram todos os riscos decorrentes desse tipo de participação, colocando-se também como partícipes da luta política contra a ditadura civil-militar.

Consideradas como “inimigo interno” a colaboração dessas mulheres foi parte também das transformações que se processaram na sociedade da época com relação à participação da mulher no espaço público. Na militância política, elas também introduziram mudanças na divisão de papéis entre os sexos, e ressignificaram sua participação no interior dos grupos nos quais se incorporaram.

Muito além do setor armado, que invariavelmente teve maior repercussão no período, principalmente no tocante à participação feminina, cuja atuação foi muito instrumentalizada pela política repressiva e pela imprensa da época, resgatamos a experiência de mulheres que fizeram parte de uma esquerda anônima e que foram fundamentais para garantir a vida de pessoas bem como permitir a continuação das atividades da organização no Brasil, em especial nos momentos mais repressivos da ditadura.

As pesquisas realizadas nos 80 processos da Justiça Militar relacionados à ALN, e consultados no Fundo Brasil Nunca Mais do Arquivo Edgard Leuenroth da Unicamp revelam que foi justamente essa parcela de colaboradores, a primeira a ser atingida pela repressão e, não obstante a compartimentação dos grupos armados, essas pessoas formaram uma ampla rede de apoio, ainda de todo desconhecida pela historiografia.

Muitas dessas mulheres sequer chegaram a serem fichadas pelo DOPS, tendo suas qualificações totalmente ignoradas pela polícia. Verifica-se também que nem todas elas, apesar de

¹ Mestre em Sociologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e doutoranda pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP). Email: mariaclaudia_badanribeiro@yahoo.com.br

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

atuantes politicamente no passado, seguiram, em suas biografias, carreira na política ou são, nos dias de hoje, militantes político-partidárias.

Quanto ao recorte temporal proposto em nosso trabalho, nossa investigação restringiu-se ao período em que a ALN foi atuante no Brasil, compreendendo os anos de 1968, quando se iniciaram as primeiras ações armadas, até o ano de 1973, quando sem condições operacionais para continuar atuando, e com muitos militantes mortos e desaparecidos, o grupo foi desmobilizado.

Nossa pesquisa procurou traçar as trajetórias dessas mulheres destacando suas formas de atuação voluntária, o tipo de inserção na organização, levando em conta também o seu nível de conscientização política e o compromisso ideológico assumido.

As entrevistas até então realizadas, revelaram que muitas delas eram simpatizantes, e tiveram seus nomes relacionados nos processos da ALN, por participarem anteriormente de grêmios estudantis, passeatas, ou outras manifestações culturais, como grupos de teatro, música e literatura e não por estarem vinculadas diretamente à ALN.

Os nomes das atrizes Norma Benguel e Gilda Grillo, por exemplo, foram mencionados nos processos da ALN como tendo supostamente feito parte do assalto ao carro pagador do IPEG (Instituto de Previdência da Guanabara), realizado pela organização em novembro de 1968, sem, contudo, nunca terem estado presentes nessa ação.

Esse dado corrobora também a idéia de que havia uma perseguição indiscriminada a todas as pessoas que independentemente de se incorporarem aos grupos armados, lutavam de outras maneiras denunciando o regime. O XXX Congresso Nacional da UNE realizado no final de 1968, e que reuniu cerca de 700 pessoas no município de Ibiúna constitui-se num exemplo do que a atividade praticada por essas pessoas acarretaria num momento posterior: além da prisão de todas as lideranças do movimento estudantil, o encontro de estudantes originaria um extenso álbum de fotografias que posteriormente seria utilizado pela polícia política, durante as sessões de tortura, para a identificação de militantes supostamente vinculados à ALN.

Outros grupos também atuaram clandestinamente na Universidade de São Paulo em colaboração à organização, agregando dissidentes políticos do PCB, que continuavam a fazer política estudantil, distribuir panfletos, começando inclusive a realizar treinamentos com bombas e armas. Esses militantes difundiam textos de Joaquim Câmara Ferreira e algumas mulheres dos cursos de Letras ou Jornalismo, traduziam e difundiam clássicos marxistas entre a juventude. Muitos trabalhos clandestinos foram realizados nas Escolas de Química, Medicina e Comunicação Social.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

Verifica-se também, no contato direto com essas militantes, que algumas mulheres também foram detidas por engano, ou responderam a processos na Justiça Militar, quando já haviam saído do país, de forma que tiveram uma passagem bastante curta pela ALN não aderindo organicamente ao grupo, e auxiliando-o à distância.

Outro perfil de mulheres que também compuseram essa retaguarda foram aquelas, que na definição de Olívia Rangel, foram movidas “pelo coração” e engajaram-se na luta por terem filhos, irmãos, ou familiares presos, torturados e mortos².

Majoritariamente, contudo, o apoio à ALN foi formado por mulheres que já tinham uma militância no Partido Comunista Brasileiro (PCB) ou que foram se conscientizando durante o processo de luta armada. A Liga Feminina da Guanabara, fundada em 1959, foi um dos exemplos de entidades que forneceram muitas militantes para o Grupo de Carlos Marighella. Antonieta Campos da Paz, militante histórica do PCB e responsável pela criação de uma página dirigida às mulheres no jornal do partido, *Imprensa Popular*, não só integrou-se à rede de apoio da ALN, como também em momento posterior, em 1979, participou da criação da Comissão de Mulheres Pró-Anistia. Outras militantes como Clara Sharf, Zilda Xavier Pereira, Maria Cerqueira Silva e Maria de Lourdes Rego Mello estão entre alguns dos nomes que acompanharam a formação da ALN militando intensamente na organização, após rompimento com o Partido Comunista.

Essa colaboração prestada por mulheres permite alguns questionamentos em relação ao apoio que a classe média ou parte dela, possa ter veladamente prestado a esses grupos, já que muitas mulheres que agiram anonimamente não eram *tout court* quadros da organização, e embora não tendo participado de ações armadas, combateram o regime militar nos seus interstícios, ligando-se aos grupos mais radicalizados.

Outra crítica relacionada a essa colaboração está em afirmar que esse tipo de atividade corroborou um papel feminino tradicionalmente marcado pelo “cuidado” com o outro, não sendo por isso, caracterizada como uma participação transgressora e de rompimento com o pensamento conservador da época.

Essa crítica desconsidera o papel de interferência que esse setor teve no movimento revolucionário, e principalmente, não explica todos os níveis de participação que mulheres e também homens tiveram em lutas de oposição contra Estados ilegítimos. O resultado do engajamento dessas mulheres foi fruto de uma decisão, e sua participação na retaguarda não autoriza a dizer que tiveram um papel menor. Aliaram-se a um mundo marginal, colaborando de

² JOFFILY, Olívia Rabgel. Resistência Feminina. A violência da ditadura militar no Brasil (1964-1985). Tese de Doutorado (Ciências Sociais). Universidade Católica de São Paulo (PUC), 2005.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

maneira subterrânea em diversas frentes e vivenciando todo o tecido cotidiano da luta e de seus perigos.

Muito além de pequenos gestos, como se supõe, essas mulheres formaram uma força discreta, sem alarde, que deu aos militantes clandestinos a estabilidade necessária para continuarem na luta. Conservando a cabeça erguida nas circunstâncias mais duras do regime, essas mulheres protagonizaram também muitos gestos de coragem.

Verifica-se também que muitas dessas pessoas, passaram a formar essa rede de solidariedade, principalmente após a decretação do AI-5 (Ato Institucional nº 5) quando o movimento estudantil entrou em descenso. O Ato Institucional foi um divisor de águas para a radicalização que já vinha ocorrendo entre alguns setores da sociedade desde 1966, notadamente o estudantil, composto por estudantes secundaristas e por universitários de diversas capitais do Brasil. A partir de então, a luta seria clandestina, ou utilizaria também quadros legais como apoio dentro da linha de atuação de cada organização armada.

A ALN em particular manteve uma rede legal de colaboradores, cujo auxílio também esteve situado dentro de simpatias pessoais, e dentro das experiências de engajamento do grupo. A atuação dessas mulheres também se confundiu com as características inerentes às bases em que a ALN manteve em outros estados brasileiros. Apesar de mais atuante no eixo Rio de Janeiro - São Paulo, a ALN manteve quadros militantes em outros estados brasileiros como Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Pará, Pernambuco, estendendo também suas bases para o interior paulista em municípios como Santos, Sorocaba, Ribeirão Preto e Bauru. Houve atividade de mulheres junto a camponeses, bancários, operário-metalúrgicos, ferroviários, e a organização também se inseriu através do Movimento de Educação de Base (MEB), junto a alguns religiosos na região do Pará e em São Félix do Araguaia (MT), atuando junto à Pastoral Socialista liderada por Dom. Pedro Casaldáliga.

Algumas mulheres, cuja atuação inicial fora no interior do Partido Comunista (PCB), também tiveram por tarefa reunirem-se com os remanescentes da Guerrilha de Trombas e Formoso, na tentativa de incorporá-los à ALN enquanto outras militantes realizaram trabalho de base, articulando-se com outros grupos de camponeses, seja no Brasil ou em países vizinhos, como Chile e Argentina. Um exemplo desse tipo de atividade partiu fundamentalmente de militantes que atuaram no estado de Pernambuco e Maranhão, e que não só pregavam o socialismo na Zona da Mata junto aos trabalhadores rurais e cortadores de cana, como alojaram em suas casas, alguns camponeses que se deslocavam para o interior do país, seguindo-se a estratégia da ALN de salto para o campo.

A Militância Feminina

Não há até o momento pesquisas que tenham sido realizadas recuperando as simpatias da população, em especial de mulheres, em apoio ao movimento revolucionário. Desconhece-se no Brasil de que forma essas mulheres atuaram e qual a contribuição efetiva que essa atividade teve para a luta armada. Esse tipo de participação política acabou sendo preterida, e considerada como uma linha auxiliar menor no interior do movimento revolucionário de esquerda. Algumas participantes desconsideraram sua contribuição, alegando que, por não terem feito parte das lideranças da organização, não têm nada de relevante a acrescentar a essa experiência. Esse comportamento além de reproduzir em menor escala, esse tipo de pensamento, tem como consequência o silenciamento dessa experiência.

Há certa dificuldade em relação ao estudo no Brasil das redes de apoio e solidariedade durante a ditadura civil-militar, pois essa história ainda está por ser escrita. Esse empobrecimento deve-se, sobretudo a descrições circunstanciadas da luta armada, da repressão e da tortura despidas dos sentidos e conteúdos sociais e históricos profundos, que colocam esse tipo de atuação muito à margem na história dos movimentos de esquerda.

Sabe-se do apoio que a sociedade civil, junto ao grande empresariado, à Igreja e à imprensa deram ao golpe civil- militar ajudando a perpetuar o regime, quando passaram a apoiá-lo, dando contribuições em dinheiro, apoiando-o através de jornais, (um dos exemplos mais candentes foi a Folha da Tarde), e de movimentos de parcelas da sociedade, como foi o caso das mulheres Marchadeiras de São Paulo e Rio de Janeiro³.

Em contrapartida, desconsidera-se ainda, no entanto, uma grande gama de mulheres que não só tornaram a luta de oposição possível, dando sustentação ao grupo e aos seus integrantes, mas que também formaram a coluna vertebral dessa luta, atuando em silêncio naquele período, e permanecendo ainda hoje ignoradas pela sociedade brasileira. Muitas destas mulheres permaneceram na sombra, sem qualquer visibilidade ou prestígio, indicando nestas ausências, a presença de valores das velhas tradições masculinas aliadas a atitudes de vanguarda no grupo⁴.

Sabe-se que o tema sobre a participação das mulheres nos movimentos de protesto, de lutas por direitos, e pela questão feminina abriu-se de modo efetivo com o fim da ditadura militar, mas, sua atuação política contra a ditadura não foi ainda suficientemente estudada. Muitas mulheres ao participarem das oposições políticas em diferentes momentos de nossa história colocaram-se na

3 Cf. SESTINI, Dharana Pérola Ricardo. A mulher brasileira em ação: motivações e imperativos para o golpe militar de 1964. 2008. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo e Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo, Boitempo, 2004.

⁴ LEFEBVRE, H. *La Presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

**Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul.
Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.**

esfera pública, mas foram consideradas *avis rara* e não puderam se impor no mundo masculino. As experiências das décadas de 1960 em diante trouxeram a questão da emancipação como um desafio a ser enfrentado na pauta das transformações exigidas pelos diferentes movimentos de protesto.

Verifica-se que as redes de solidariedade que se formaram entre as mulheres não se restringiram às militantes da ALN, pois em outras organizações, essa rede também foi a responsável por dar esse tipo de suporte. A escolha da ALN se deu, entretanto, em virtude dela ser numérica e geograficamente, a maior organização armada no Brasil, e por ter tido o maior número de presos e processados. Sua rede de apoio, portanto foi extensa, envolvendo mães, donas de casa, jornalistas, profissionais liberais, arquitetas, professoras, médicas, advogadas chegando inclusive a contar com o apoio de juízes.

Cabe destacar aqui que a grande parte da documentação encontrada no Brasil sobre a atuação dessas mulheres é majoritariamente de caráter policial. Muitos documentos desse teor podem ser encontrados nos fundos do DOPS do Rio de Janeiro, de São Paulo, na Biblioteca Nacional e no Arquivo do SNI em Brasília. Prestam-se então a incriminar as réis e a reunir provas para incriminá-las, não se constituindo, entretanto, numa prova unívoca do que ocorreu. Os depoimentos – muitos deles forjados ou arrancados em inúmeras sessões de tortura – são mais reveladores do comportamento da repressão durante os interrogatórios policiais – e conseqüentemente da atuação da Justiça Militar – do que da qualidade da participação dessas mulheres carecendo, portanto, em fornecer um panorama mais rico e mais humano desse tipo de experiência.

Por outro lado, estando também instruídas por seus advogados, muitas delas em juízo negavam todas as declarações prestadas em inquérito. As declarações em juízo – é necessário que se destaque aqui – eram realizadas espontaneamente pelos réus, o que não autoriza a dizer também, que elas não tenham feito parte de uma estratégia de defesa anteriormente estabelecida, entre a ré e o seu advogado. Procurava-se na defesa das réis lançar mão igualmente de concepções que até então, essas mulheres tinham combatido durante sua militância, como a suposta passividade feminina, a dedicação exclusiva ao lar e à maternidade, situando-as como esposas de militantes que teriam agido politicamente essencialmente por laços conjugais e de parentesco.

Cumprir lembrar também que o ônus dessa participação política foi maior para essas mulheres, justamente por serem mulheres. A pesquisa de Marco Aurélio Vannucchi aponta que a Justiça Militar baseava-se para a condenação dos réus em papéis e perfis de gênero pré-fixados onde a figura feminina estava freqüentemente associada ao cuidado da casa e dos filhos, jamais à participação política, e em menor grau ainda, associada aos grupos armados, considerados pelos

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

militares como verdadeiras seitas religiosas que provocavam o caos e a desordem. Como ele afirma “importava, pois aos julgadores medir a aproximação dos protagonistas em relação a papéis sexuais assim definidos: o homem como provedor do lar (...) e a mulher como mantenedora da família”. Tratava-se então de “conhecer a atuação social do réu (...) e conseqüentemente sua adequação aos modelos de comportamentos previstos para homens e mulheres⁵”.

Essas militantes foram enquadradas pela Lei de Segurança Nacional – em grande parte dos casos – como mantenedoras ou filiadas da ALN sendo condenadas nos artigos 12 do Decreto Lei de número 314/67 e 14 do Decreto Lei de número 898/69. Houve também algumas a quem foi pedida prisão perpétua ou aventada a possibilidade de pena de morte, já que a Lei de Segurança Nacional de 1969 permitia aplicar essa condenação em casos de assaltos seguidos de morte⁶.

Excetuando-se as prisões preventivas realizadas pela Justiça Militar sem qualquer tipo de julgamento, as mulheres consideradas pelos juizes como filiadas à ALN obtiveram penas mais longas em relação às classificadas pela Lei de Segurança Nacional como mantenedoras da ALN, e foram absolvidas ou obtiveram liberdade condicional somente com a Lei de Anistia de 1979.

Há que se destacar também que pelo fato de muitas dessas mulheres estarem foragidas, encontrando-se em lugares desconhecidos e com dados qualificativos permanentemente ignorados pelo responsável pelo inquérito, muitas delas, de comprovada militância política, não figuram nos processos do BNM⁷. Suzana Keniger Lisboa e Clara Sharf, ativas militantes políticas no período, não foram, por exemplo, indiciadas por envolvimento nas organizações armadas⁸.

Um expediente também muito usado para a apenação das mulheres era acentuar nos julgamentos, a trajetória particular de cada ré, lançando mão da idéia de que eram delinqüentes ou criminosas por natureza, ou jovens desajustadas e com problemas emocionais. Nos processos em que as mulheres estão envolvidas muitos são os casos de mulheres consideradas inaptas para o convívio social, razão pela qual, muitas foram encaminhadas para manicômios judiciários, ou

⁵ Conferir VANNUCCHI, Marco Aurélio. Em nome da Segurança Nacional: os processos da Justiça Militar contra a Ação Libertadora Nacional (ALN)-1969-1979. 2002. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 49.

⁶ Há nos processos da ALN a presença de pelo menos quatro militantes enquadradas nesses casos. Três estiveram envolvidas nos processos do Ceará como suspeitas de participarem da morte de um comerciante e uma no estado de Minas, acusada da morte do guarda de um estabelecimento bancário.

⁷ Houve também casos em que as ações das quais essas militantes participaram acabaram por provocar modificações no código militar, já que algumas ações – devido ao seu caráter novo de atuação – não encontraram tipicidade nas leis existentes, o que obrigou os Ministros militares a lançar mão de novos dispositivos de condenação ou a condenar muitas delas em mais de um artigo. Um caso típico desse fato encontra-se no BNM de número 537 referente ao seqüestro da aeronave Caravelle.

⁸ Clara chega somente a mencionada em um processo referente à sua militância no interior do PCB já que seu nome constava nas cartilhas de Carlos Prestes que haviam sido apreendidas pela polícia. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Arquivo Edgard Leuenroth. Coleção Brasil Nunca Mais. Processo 29.

quando detidas, permaneceram isoladas de outras presas, convivendo com pecha de criminosas de alta periculosidade e de péssima influência para a reabilitação das demais detentas⁹.

Outro caso típico daquele sistema em vigor se refere à detenção de menores de idade. Como a Justiça Militar não estava apta a julgar esses casos foi criado um decreto-lei cujo teor declarava que todo menor a partir de 16 anos, que fosse preso envolvido com política subversiva, deveria ser apreciado por uma junta de três psiquiatras para a realização de um exame de discernimento. Aqueles considerados incapazes eram excluídos dos processos, sem, no entanto, terem sido anteriormente, poupados da prisão, detenção de seus familiares, e torturas nas delegacias espalhadas pelo país. Ficavam então sob a responsabilidade do Juizado de Menores, que nos processos do BNM, inadvertidamente afirmavam garantir o bem-estar do menor.

A guerrilheira deixou de ser mulher?

O papel da mulher tanto no movimento estudantil como nos grupos armados foi uma novidade no Brasil. Ainda que houvesse um predomínio de homens e certo grau de machismo, muitas mulheres tiveram uma intensa atuação política naqueles anos. Destacaram-se os nomes de Catarina Melloni e Helenira Resende Nazareth como presidente e vice-presidente da UEE e da UNE respectivamente em São Paulo, Inês Ethiene Romeu e Dilma Rousseff como dirigentes da VAR-Palmares, Sônia Ferreira Lima, líder da União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais, Maria Augusta Carneiro Ribeiro, dirigente do MR-8 e porta voz do grupo que chegou ao México trocado pelo embaixador americano, além de tantas outras como as irmãs Maria Imaculada e Ifigênia de Oliveira, Orosinda Goulart, Yonne Grossi, Hertha Pitner, Gezica Valadares, etc.

A história mostrou-nos, portanto, que os avanços no campo cultural e sexual, inevitavelmente empreenderam-se conjuntamente com as experiências de vanguarda dessa geração, quando discussões que antes eram consideradas tabus, vinham com frequência à baila no movimento estudantil principalmente, sendo, entretanto, tratadas em menor escala pelos guerrilheiros de armas na mão. Começava-se a pensar a política então, de uma forma mais abrangente, menos hierarquizada, e as discussões em relação à sexualidade ganhavam conseqüentemente mais espaço. No depoimento de Vladimir Palmeira essa afirmativa fica clara:

(...) é bom não esquecer que minha geração foi uma geração de transição (...) éramos mesmo uma geração contraditória: todo mundo se declarava contra a virgindade, mas até 66-67 a maior parte das moças ainda era virgem. A invenção da pílula contribuiu para vencer isso, é claro. Mas a pílula já existia em 65, o mais difícil era quebrar os

⁹ Para maiores detalhes sobre essa prática corriqueira durante o regime militar, conferir o depoimento de Dra. Rosita Teixeira de Mendonça sobre os presos políticos internados no Manicômio Judiciário da Tamarineira em Recife em ALVES, Márcio Moreira, *Torturas e Torturados*. Rio de Janeiro, 1965, p. 86/102, além do processo 22 do BNM.

**Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul.
Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.**

preconceitos... Quando entrei para a faculdade, garota que tivesse vida sexual era considerada galinha e caía na boca do povo. A esquerda sempre foi um pouco mais liberal, mas mesmo entre nós sempre havia alguém que dizia, apontando para alguma menina: “Já comi aquela. Era nesse nível”. Em 68 não se ligava mais, já vivíamos em outro mundo e ninguém nem se lembrava do assunto. O avanço ocorrera em grande velocidade. Tabus foram vencidos. (...) O movimento estudantil, na minha visão de hoje, foi antes de mais nada uma grande revolução cultural e de comportamento. Mais importante do que a luta contra a ditadura, embora isso possa parecer absurdo. A geração de 68 é a primeira que desde cedo mora fora de casa, trabalha e tem independência em relação aos pais. É também a primeira que mistura as classes altas e a pequena burguesia com os filhos de trabalhadores, nos cursos noturnos das universidades. E faz a ruptura¹⁰.

Entre relação à modificação de costumes trazida por essa geração, Carlos Russo Júnior, afirma:

(...) no processo que podemos denominar genericamente de 1968, o qual contribui de maneira determinante com as organizações voltadas para a luta armada, muitas das limitações quanto à participação feminina foram rompidas. O espírito libertário que surgiu neste momento em todo o mundo- talvez o prenúncio de uma globalização da contestação ao velho, ao carcomido e corrompido mundo de antes- sem dúvida impregnou a prática das mulheres e homens na luta armada. Na ALN, que contava com uma maioria de militantes egressos do movimento estudantil, a mulher possuía as mesmas possibilidades e responsabilidades de engajamento que o homem. Herança disto, por exemplo, eu por toda a minha vida fui e sou o cozinheiro do lar. A revolução dos costumes, do qual éramos ariete, nos conduziu a repartir responsabilidades e obrigações. (...) Encontrará, em mulheres engajadas no processo, mas não oriundas do ME, comportamentos diferentes. Mas a geração que rompeu com o preconceito da virgindade, que abominou a discriminação de raças também explodiu com o conceito da "dona de casa"¹¹.

Embora os avanços tenham sido realizados no plano dos costumes, ainda existiram certos obstáculos à participação feminina na luta armada. Não só no Brasil, como em solo cubano, para onde algumas foram enviadas para treinamento de guerrilhas, as militantes sentiram o peso das concepções tradicionais e conservadoras. Algumas delas, por serem mulheres, foram desligadas do grupo de homens, durante o treinamento. Como afirmou um militante da ALN:

(...) em Cuba, pelo menos nos primeiros grupos que lá chegaram para se preparar militarmente, as mulheres não foram autorizadas a fazer o treinamento rural. Várias vezes ouvi os cubanos afirmarem que a presença feminina poderia ocasionar conflitos e minar a unidade do grupo. Acho, no entanto, que fomos a primeira geração que desconsiderou as diferenças de gênero na militância política. Na resistência à ditadura e no movimento estudantil, esta militância foi igualitária. Havia muitas mulheres na liderança de entidades estudantis e houve muitas mulheres na liderança das organizações políticas e militares. (...) Levando-se em consideração que nos últimos anos muito se tem publicado sobre diferenças genéticas que fazem os homens mais propensos à participação e ao envolvimento emocional com ações e estruturas violentas, esta participação só se explica com o alto nível de consciência da necessidade de se sacrificar

¹⁰ DIRCEU, J. PALMEIRA, Vladimir. Abaixo a Ditadura Rio de Janeiro. Espaço e Tempo: Garamond, 1998, p. 30.

¹¹ JÚNIOR, C. R. Carlos Russo Jr.: Depoimento [27 de maio de 2008] Mensagem eletrônica. Entrevistador: Maria Cláudia Badan Ribeiro. Carlos Russo participou do movimento estudantil na cidade de Ribeirão Preto tendo se integrado posteriormente à ALN em São Paulo.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

para derrubar a ditadura. Uma escolha definida num plano que exige muito mais racionalidade que a opção militar masculina. Com raras exceções a história da humanidade é uma história de guerras travadas por homens¹².

É notório que as mulheres, apesar de sua ampla participação política nesse período, tenham estado ausentes de uma investigação histórica mais ampla. Pouquíssimas foram aquelas que escreveram suas memórias ou que relataram as experiências daqueles anos.

As causas desse silêncio, certamente estão ligadas ao significado que essas militantes atribuíram a essa experiência, que representou para elas, um grande rompimento com a sociedade da época e com a imagem que tinham de si mesmas. Por essas e tantas outras questões que elas tiveram que enfrentar, verifica-se que a luta de mulheres foi certamente diferenciada dos homens, porque foi mais ampla.

A clandestinidade quase que absoluta de grande parte dos militantes, a violência cada vez mais irracional da repressão política – que necessariamente também teriam desembocado para militarismos e excessos de ambos os lados (tanto da polícia, como da guerrilha) – numa situação definida por muitos militantes como uma situação de “guerra interna”, provavelmente teriam levado também alguns grupos armados a não só evitarem a entrada das mulheres na organização, deslocando-as para setores de menor visibilidade no intento de protegê-las, como também acabariam por deixar de lado algumas características mais democráticas que teriam talvez marcado a organização em seus momentos iniciais. No movimento armado em particular,

Ao distanciar-se da família e das formas de relacionamento entre as pessoas, particularmente entre o homem e a mulher, essas organizações desconsideraram a aquisição acelerada de novos hábitos e costumes, resultado das transformações econômicas numa época em que a mulher devia ter uma nova atuação: na chefia da família, na competição no mercado de trabalho e em vista da redução do seu índice de fertilidade¹³.

As mulheres trazem então nessa experiência, marcas mais profundas em sua dignidade. Isso explica a dificuldade que muitas delas têm em relatar ainda hoje episódios que se passaram há mais de quarenta anos, acontecimentos esses, que estão ainda muito vivos em seus corpos e em seus corações. Verifica-se também que o desconforto continuou ainda para muitas delas nos anos subsequentes à Anistia, quando continuaram não apenas a serem investigadas pela polícia, mas tiveram que enfrentar todas as marcas emocionais e profissionais desse passado.

¹² APGUA, R. Ricardo Apgua. Depoimento [5 de junho de 2008] Mensagem eletrônica. Entrevistador: Maria Cláudia Badan Ribeiro

¹³ TELES, Maria Amélia.

Disponível em <<http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/amelinha/feminismobrasil/luta.html>> Acesso: agosto de 2006.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul.
Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

Em depoimento ao cineasta André Ristum, Denise Crispim, esposa de Eduardo Leite (Bacuri) descreve os últimos momentos que passou com o marido:

Eu fui buscada pelo Fleury, foi me tirada a venda dos olhos numa salinha pequena onde tinha uma escrivadinha e atrás dessa escrivadinha estava sentado o Eduardo. Um segundo antes de entrar nessa sala eu vi o Fleury que me disse que eu ia entrar para ver o Eduardo e que eu tinha um minuto de tempo para falar com ele. Foi um impacto terrível porque ele estava muito abatido, ele estava com os braços algemados em cima da mesa, ele tinha os lábios muito inchados e o rosto muito marcado e tinha sinais de hematomas pelos braços, mas ele, a única preocupação que ele teve naquele momento foi saber se eu estava bem, se não tinham me tratado demasiadamente mal e se eu não tinha mais risco de perder a criança. Ele quis me tocar fisicamente, a mão em cima dessa mesa e o Fleury disse que não, que a comunicação entre eu e ele já tinha terminado, já tinha passado um minuto, me fez levantar e sair e essa foi a última vez que eu vi o Eduardo vivo. O Eduardo faz parte da minha vida. Eu reconstruí minha vida afetiva, eu tenho um companheiro maravilhoso, eu posso dizer que eu sobrevivi e tudo isso graças a ele. A morte não exclui as pessoas, inclusive do seu cotidiano, tem dias que você pensa mais, tem dias que você pensa menos. A imagem que eu tinha do Eduardo era naquela condição na prisão e morto, eu fui recuperar a imagem do Eduardo na minha filha (...) ¹⁴

Ana Wilma Oliveira Moraes, militante da ALN e detida no ano de 1969 afirma, “fui presa várias vezes, fiquei sem trabalho durante muitos anos, porque ninguém queria ficar perto de mim, porque eu era terrorista ¹⁵”.

Vê-se por isso que essas mulheres envolveram-se então de corpo e alma na militância, atuando na vanguarda ou retaguarda, e vivendo visceralmente a iminência da morte e o sonho de mudança.

Mais do que um voluntarismo incoseqüente, como muitos querem lembrar, de jovens apenas saídos da adolescência e de uma cultura relativa e uma experiência política breve, essa geração criou e soube conservar um patrimônio histórico de luta que partiu de uma convicção séria da qual homens e mulheres participaram, criando novos valores.

¹⁴ Trecho do depoimento de Denise Peres Crispim. Documentário *Tempo de Resistência* de André Ristum. Alguns trechos foram exibidos pela TV Cultura no ano de 2004. O filme ainda não foi lançado no circuito comercial. Aproveito para agradecê-lo pela disponibilização do documentário.

¹⁵ Disponível em: <www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008/03/07/materia.2008-03-07.5769884531/view - 37k>. Acesso: abril 2008